



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

LEI Nº 1388 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

“Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Monte Carmelo/MG”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º - Esta lei de Parcelamento do Solo Urbano é parte integrante da política municipal de desenvolvimento urbano e está em consonância com a Lei Complementar nº 11 - Plano Diretor do Município de Monte Carmelo.

Art. 2º - Para efeitos de aplicação desta Lei ficam definidas as seguintes expressões:

- I. **Acesso:** é a face do imóvel, lote ou gleba, confrontante com o logradouro público, dotado de infraestrutura;
- II. **Alinhamento:** é a linha divisória entre o terreno de propriedade particular ou pública e o logradouro público;
- III. **Área Urbana:** parcela do território contínua ou não, incluída nos perímetros urbanos definidos pela Lei Municipal nº 1179 de 04 de junho de 2014.
- IV. **Áreas Institucionais:** são áreas do loteamento destinadas ao uso institucional público;
- V. **Áreas Verdes:** são áreas do loteamento com restrição de uso onde a prioridade é a manutenção e restauração florestal, tendo como finalidade a preservação;
- VI. **Ciclofaixa:** faixa de circulação exclusiva de bicicletas, incorporada às vias urbanas e demarcada através de sinalização horizontal e vertical;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

VII. **Ciclovía:** pista destinada à circulação de bicicletas, separadas fisicamente do tráfego comum;

VIII. **Condomínio Urbanístico:** é a divisão de imóvel urbano em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao perímetro do condomínio;

IX. **Condomínio Urbanístico Vertical:** é a implantação de mais de uma torre de edifícios com mais de três pavimentos, sendo térreo mais dois no mínimo, compostos de múltiplas unidades habitacionais em um único lote ou gleba, de modo a criar ruas, praças, áreas de estacionamento e áreas de lazer de uso particular, em condomínio;

X. **Condomínio Urbanístico Horizontal:** é a implantação de múltiplas unidades habitacionais de no máximo dois pavimentos compostas em um único lote ou gleba de modo a criar ruas, praças e áreas de lazer de uso particular, em condomínio;

XI. **Desdobro de lote:** é a subdivisão de um único lote resultante de parcelamento;

XII. **Desmembramento:** é a subdivisão de área em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, que ainda não tenha passado pela Lei de Parcelamento do Solo;

XIII. **Ecoponto:** área de transbordo para materiais volumosos, recicláveis, podas vegetais e inservíveis;

XIV. **Edifício condominial:** a implantação de uma única torre de edifício com mais de três pavimentos, sendo térreo mais dois no mínimo, em um único terreno ou gleba;

XV. **Eixo da via:** é a linha que passa equidistante aos alinhamentos;

XVI. **Fusão/unificação:** é a reunião de dois ou mais lotes para formar um novo lote ou área sem modificação no arruamento;

XVII. **Equipamentos Comunitários:** são as instalações públicas destinadas à educação, cultura, saúde, lazer e similares;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

XVIII. Equipamentos Urbanos: são as instalações de infraestrutura urbana tais como: equipamentos de abastecimento de água; serviços de esgoto e coleta de água; instalações de energia elétrica; coleta de águas pluviais; rede telefônica; transporte; mobiliário urbano e outros de interesse público;

XIX. Faixa de Rolamento: é a faixa destinada ao tráfego de veículos no leito carroçável;

XX. Leito Carroçável: é a faixa destinada à circulação de veículos, pedestres, estacionamento para carga e descarga, parada para embarque e desembarque de ônibus e estacionamento de veículos;

XXI. Faixa de domínio: é a extensão de terra que compõe uma via, formada pelo leito carroçável, pelas faixas destinadas à circulação de pedestres e pelas remanescentes da área como via pública;

XXII. Gleba ou faixa de terreno: área de terra que não foi objeto de loteamento nem de desmembramento;

XXIII. Infraestrutura Básica: são os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação, conforme Lei Federal 9.785/99;

XXIV. Imóvel: área definida que pode ser tanto rural como urbano, ou seja, tanto o imóvel rural, bem como o imóvel urbano, são bens individualizados e caracterizados, distintos dos demais, possuindo aspectos próprios e peculiares, sejam eles físicos (localização, área, limites e confrontações, condições da vegetação, entre outros) ou jurídicos (matrícula, registro, transcrição no Registro Imobiliário, entre outros);

XXV. Lote: é o terreno servido de infraestrutura básicas cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

XXVI. Loteamento: a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos; modificações ou ampliações das vias já existentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- XXVII. **Parcelamento do Solo:** nome genérico à divisão em lotes podendo ser: loteamentos ou desmembramentos;
- XXVIII. **Passagem de pedestres:** é a que se destina ao uso exclusivo de pedestres;
- XXIX. **Profundidade do lote:** é a distância entre o alinhamento do lote e uma paralela a este, que passa pelo ponto extremo do lote em relação ao alinhamento;
- XXX. **Quadra:** é a área resultante de loteamento, constituída por agrupamento de lotes, delimitada por vias de circulação de veículos e podendo ter como limites as divisas desse mesmo loteamento;
- XXXI. **Recuo:** é a distância, medida em projeção horizontal, entre o limite externo da edificação e a divisa do lote, sendo que:
- a) os recuos são definidos por linhas paralelas às divisas do lote, ressalvados o aproveitamento do subsolo e a execução de saliências em edificações, nos casos previstos em lei;
 - b) os recuos de frente são medidos em relação aos alinhamentos;
 - c) no caso de lotes irregulares, os recuos serão definidos em normas expedidas pelo Executivo.
- XXXII. **Área de Lazer:** são áreas destinadas ao uso público podendo incorporar áreas verdes, praças, áreas permeáveis, esporte, pomares e áreas de vegetação exótica;
- XXXIII. **Sistema Viário:** são áreas públicas destinadas à circulação de veículos e pedestres, com finalidade de ordenamento do crescimento e ordenamento da cidade e a comunicação entre os diferentes bairros e logradouros;
- XXXIV. **Testada do lote:** extensão da área lindeira e ou confrontante à via de circulação, sendo que em lotes de esquina a frente será considerada a menor dimensão;
- XXXV. **Via arterial:** via com largura mínima de 25 (vinte e cinco) metros, calçada de 04 (quatro) metros, pista de 17 (dezessete) metros e rampa máxima de 12% (doze por cento), caracterizada por poucas interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e as vias coletoras e locais, possibilitando o trânsito entre bairros e regiões da cidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- XXXVI. **Via coletora:** via com largura mínima de 19 (dezenove) metros, calçada de 3,5 (três e meio) metros, pista de 12 (doze) metros e rampa máxima de 20% (vinte por cento), que tem por função coletar o tráfego das vias locais e alimentar as vias arteriais e expressas, garantindo o acesso aos bairros;
- XXXVII. **Via local:** vias com largura mínima de 12 (doze) metros, calçada de 2,5 (dois e meio) metros, pista de 07 (sete) metros e rampa máxima de 30% (trinta por cento), que visa dar acesso aos lotes;
- XXXVIII. **Via expressa:** via caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem intersecção em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;
- XXXIX. **Zona ou faixa não edificante:** zonas onde são proibidas quaisquer tipo de edificação, definida em legislação Federal, estadual ou municipal a fim de preservar recursos hídricos ou de vegetação, por serem áreas sujeitas a inundações ou estarem sujeitas às restrições dos órgãos de proteção ambiental e ao patrimônio histórico;
- XL. **Zonas Urbanas:** são porções do território que subdividem as áreas compreendidas pelos perímetros urbanos da sede do município, das sedes distritais e das áreas urbanas isoladas.
- XLI. **Parcelamentos urbanos de interesse social** – são aqueles vinculados à política municipal de habitação através do Plano Local de Habitação de Interesse Social, destinados à população de baixa renda, implantados por agentes públicos ou entidades privadas, em conformidade com o Plano Diretor.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º - O parcelamento do solo está sujeitos à aprovação da Prefeitura, devendo atender aos seguintes princípios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- I – Função socioambiental da propriedade e da cidade;
- II – Função social da propriedade urbana;
- III – Respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à ordem urbanística;
- IV – Urbanização compulsória;
- V – Ocupação prioritária e o adensamento dos vazios urbanos;
- VI – Capacidade de suporte da infraestrutura já existente.

Art. 4º - Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos na zona rural, devendo esta ser destinados à exploração agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativista.

Art. 5º- O loteamento fechado no Município de Monte Carmelo obedecerá aos ditames da Lei Municipal 1328 de 19 de outubro de 2016.

Art. 6º - O parcelamento do solo urbano somente será permitido dentro do perímetro urbano, nas zonas de expansão ou de urbanização específica e isoladas definidas pelo Plano Diretor, em glebas que tenham acesso aos seguintes melhoramentos:

- I – Rede de abastecimento de água;
- II – Rede de coleta de esgoto;
- III – Rede de energia elétrica e iluminação pública;
- IV – Rede viária de acesso pavimentada;
- V – Serviço de coleta de lixo;

Parágrafo Único: Os itens I, II, IV e V devem ser atestados pelo órgão responsável do Município e o item III pela empresa responsável pelo fornecimento de energia no Município.

Art. 7º - Nenhum parcelamento do solo urbano será permitido em:

- I - terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

II - terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública e lixo urbano, sem que sejam previamente saneados;

III - terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - áreas de preservação ambiental ou naquelas áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

VI – Áreas onde houver proibição em virtude de leis de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico.

Art. 8º - Todo parcelamento do solo para fins urbanos do Município de Monte Carmelo deverá

observar, além dos requisitos urbanísticos gerais previstos nas Legislações Federal e Estadual, os específicos previstos na presente Lei, e ainda, as disposições do Plano Diretor do Município.

Art. 9º – Fica instituída, para aplicação desta Lei, em obediência às demais determinações do Plano Diretor, a Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo - CTAAPS do Município de Monte Carmelo, de caráter deliberativo, que analisará os processos de solicitação de novos projetos de empreendimentos e de parcelamento, uso e ocupação do solo de forma colegiada envolvendo as Secretarias Municipais: Infraestrutura e Serviços Urbanos; Fazenda; Educação e Cultura; Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente; Governo; Saúde; Procuradoria Geral do Município e Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.

Parágrafo Único – O funcionamento desta Comissão será regulamentado por Decreto do Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTO

Art. 10 – Os novos loteamentos deverão reservar os seguintes percentuais para o uso específico, tendo como base a área loteável:

- a) 5% (cinco por cento) para áreas verdes;
- b) 20% (vinte por cento) para vias de circulação;
- c) 5% (cinco por cento) para áreas institucionais.

§1º: O percentual descrito na alínea “a” poderá ser reduzido para até 3% (três por cento) a critério da CTAAPS, caso o loteador entregue as áreas verdes promovendo a restauração florestal, mediante estudo, justificativa e aprovação dos membros.

§2º: No caso de áreas de preservação permanente – APP, deverão ser respeitados os impedimentos legais de uso e ocupação, sendo permitido o cômputo das mesmas no cálculo de até 80% (oitenta por cento) do total das áreas verdes do loteamento.

§3º: O percentual descrito na alínea “c”, poderá ser diminuído para até 3% (três por cento), a critério da Comissão Técnica de Análise e Parcelamento do Solo, caso o loteador entregue a área com equipamentos comunitários implantados, mediante estudo, justificativa com aprovação dos membros.

§4º: Considerando as peculiaridades do loteamento e mediante a análise do Projeto, fica autorizado a CTAAPS diminuir as áreas do loteamento descritas nas alíneas “a”, “b” e “c”, mediante a elaboração de parecer técnico justificando a medida e a aprovação pela maioria simples dos membros da CTAAPS.

Art. 11 - Os loteamentos deverão observar e seguir os seguintes requisitos urbanísticos:

I – A área mínima dos lotes dos novos loteamentos urbanos será de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados);

II – A testada mínima será de 8,00 m (oito metros);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

III – Os lotes localizados em trechos de vias com declividade superior a 15% (quinze por cento) deverão apresentar testada mínima de 10 m (dez metros), sendo vedado seu desdobro;

IV – O comprimento máximo das quadras deverá ser de 150 m (cento e cinquenta metros);

V – Os lotes não poderão ser confrontantes com as Áreas de Proteção Ambiental e com as Áreas de Preservação Permanente (APP), com faixas “*non aedificandi*” de qualquer espécie e com sistemas de áreas verdes e de lazer, devendo ser separados dos mesmos pelo sistema viário;

VI – As vias públicas dos novos loteamentos deverão articular-se com o sistema viário existente e inserir-se no sistema viário projetado, dando continuidade às vias e a ampliação da hierarquia viária. Caso não seja possível a continuidade das vias existentes, deverá ser implantada uma via arterial com finalidade de proceder a interligação dos loteamentos existentes com os novos loteamentos, desde que justificado pelo loteador, analisada e aprovada pela CTAAPS.

VII - As vias públicas deverão harmonizar-se com a topografia local e garantir o acesso público às áreas de uso comum e as áreas privadas;

VIII – A área destinada ao uso institucional deverá ser plenamente edificável, contínua e não deverá ter declividade superior a 15% (quinze por cento), com testada mínima de 20% (vinte por cento) e máxima de 80% (oitenta por cento) da profundidade do lote, sendo que a municipalidade através de seus órgãos competentes poderá solicitar alteração do local proposto pelo empreendedor, a fim de contemplar as reais necessidades do município;

IX - Nos loteamentos, as vias deverão respeitar as seguintes metragens:

Vias/ Características	Arteriais	Coletoras	Locais
Largura Mínima	25m	19m	12m
Calçada	4m	3,5m	2,5m
Pista	17m	12m	7m



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Rampa Máxima	12%	20%	30%
--------------	-----	-----	-----

a) Quando houver canteiro central, este deverá ter largura mínima prevista no Projeto de 03 m (três metros), ficando a critério da CTAAPS sua destinação.

X - Nos loteamentos, os passeios a serem implantados pelos futuros proprietários deverão conter as seguintes características (modelo no anexo):

a) 1/3 (um terço) de área permeável, devendo o loteador promover o plantio de árvores conforme projeto de arborização urbana de acordo com as diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente;

b) Os primeiros 50 cm (cinquenta centímetros) contados a partir da linha externa do alinhamento do meio-fio serão considerados área não edificante para implantação de mobiliário urbano, sendo que esta área poderá ser computada como área permeável desde que seja implantada com material drenante;

c) Preservar no mínimo 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para passagem livre de pedestres.

XI - Os loteamentos com área superior a 12 (doze) hectares ou que disponham de mais de 400 (quatrocentos) lotes, deverão reservar e implantar um Ecoponto destinado à colocação dos resíduos sólidos urbanos, diferenciados da coleta domiciliar, a ser regulamentado de acordo com projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

XII – Apresentar Plano de Arborização;

Parágrafo Único – As testadas dos lotes localizados nas esquinas e cruzamentos deverão dispor de no mínimo 10,00 m (dez metros), sendo vedado o desdobro de lote, nestes locais, que resulte em testada inferior ao estabelecido nesta lei.

Art. 12 - Nas planícies aluviais, várzeas e áreas de preservação permanente, não serão permitidos parcelamentos de qualquer espécie.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 13 – Será exigida a implantação pelo loteador da seguinte infraestrutura básica nos novos loteamentos:

- I. Abertura das vias de circulação;
- II. Demarcação de quadras e lotes;
- III. Rede de abastecimento de água;
- IV. Rede de coleta de esgoto sanitário;
- V. Rede pública de distribuição de energia elétrica;
- VI. Guias e sarjetas;
- VII. Rede de coleta de águas pluviais;
- VIII. Pavimentação do leito carroçável das vias de circulação, contendo sinalização vertical e horizontal, incluindo placa indicativa de nome de ruas nos moldes da Lei Municipal nº 1338 de 02 de janeiro de 2017 e conforme modelo constante no anexo desta Lei,
- IX. Arborização, segundo orientação municipal e do Plano de Arborização Urbana;
- X. Construção de caixas d'água (quando exigido pela concessionária local);
- XI. Nos loteamentos com área superior a 12 (doze) hectares ou que disponham de mais de 400 (quatrocentos) lotes, deverão reservar e implantar equipamento público destinado à colocação de resíduos sólidos denominados de Ecopontos conforme o Art. 11, inciso XI, desta Lei a ser regulamentado caso a caso;
- XII. Pavimentação das calçadas do entorno das áreas verdes e institucionais;

SEÇÃO I
DAS ÁREAS VERDES E INSTITUCIONAIS

Art. 14 - A localização das áreas verdes, sistemas de lazer e áreas institucionais poderá sofrer alterações determinada pela CTAAPS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

§1º - A área destinada ao uso institucional deverá ser plenamente edificável e contínua e não deverá ter declividade superior a 15% (quinze por cento).

§2º - Nos casos em que a gleba a ser loteada apresentar ocorrência de Área de Preservação Permanente – APP, nos termos da legislação federal, o percentual correspondente não entrará no cálculo das áreas públicas;

§3º - Em caso excepcional, e com parecer favorável da CTAAPS, poderá haver descontinuidade nas áreas previstas no Art. 10, alíneas “a”, “b” e “c” desta lei, do montante que ultrapassar os 10.000 m² (dez mil metros quadrados).

SEÇÃO II
DO SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE URBANA

Art. 15 - As vias públicas e quadras devem articular-se com o sistema viário adjacente, existente ou projetado devendo haver continuidade das vias, mantendo ou ampliando a hierarquia e a largura das vias e devendo ser orientadas pelas condições topográficas.

§1º - O parcelamento de solo para fins urbanos só será permitido dentro do perímetro urbano e em glebas situadas até 500 m (quinhentos metros) do sistema de transporte coletivo urbano.

§2º - As vias deverão obedecer o disposto no art. 11, inciso IX desta Lei.

§3º - Fica proibida a existência de vielas, becos e ruas sem saída nos novos loteamentos.

§4º - O loteador fica obrigado a projetar, aprovar e executar sistemas estruturais de infiltração, retenção ou retardamento do fluxo de águas pluviais, atendendo às especificações do Município.

Art. 16 - Os loteamentos confrontantes com faixas de domínio de rodovias municipais, estaduais ou federais, ferrovias, gasodutos e linhas de transmissão, deverão ter vias



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

marginais implantadas pelo loteador de modo a promover a conciliação com a hierarquia viária.

Art. 17 - A articulação do sistema viário deverá seguir os seguintes critérios:

I – Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de raio mínimo de 02 m (dois metros);

II – Nos cruzamentos irregulares poderá haver alteração de concordância a critério do órgão competente da Prefeitura;

III - A conformação e dimensão das praças de retorno deverão permitir a inscrição em círculo de diâmetro mínimo de 20 m (vinte metros).

IV - A largura de uma via que constituir prolongamento de outra não poderá ter largura inferior a esta.

CAPÍTULO IV

REQUISITOS TÉCNICOS PARA O PARCELAMENTO DO SOLO

SEÇÃO I

DOS LOTEAMENTOS

Dos pré-requisitos do anteprojeto

Art. 18 – A elaboração do anteprojeto será precedida de fixação de diretrizes por parte da Prefeitura, a pedido do interessado, instruído com os seguintes documentos, em 02 (duas) vias:

I – Requerimento (Formulário 01), assinado pelo proprietário do terreno ou gleba, com firma reconhecida sendo que, no caso de haver mais de um proprietário, o pedido deverá ser assinado por todos ou por procuração com poderes especiais para tal devidamente qualificado em Cartório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

II - Matrícula atualizada da área;

III - Levantamento planialtimétrico, da área na escala 1:1.000 assinado pelo proprietário e por profissional habilitado registrado no Conselho competente e na Prefeitura, com curvas de nível de metro em metro, observado o R.N. Oficial, indicando com exatidão os limites da área em relação aos terrenos vizinhos, cursos d'água e sua denominação, tipos de vegetação existentes, construções existentes, equipamentos urbanos no local e adjacências, vias oficiais e situação da área na escala 1:10.000 que permita o seu perfeito reconhecimento e localização;

§1º: Caso a decisão seja pelo deferimento da possibilidade da solicitação, esta indicará no próprio texto a legislação a ser seguida e os documentos a serem anexados para a primeira análise prévia.

§2º: O prazo para análise pela CTAAPS é de até 45 (quarenta) dias corridos, contados da data de protocolo na Prefeitura.

Da aprovação do anteprojeto

Art. 19 – Para aprovação do Anteprojeto deverá ser apresentado para CTAAPS os seguintes documentos em 02 (duas) vias:

I. Requerimento (Formulário 02) devidamente preenchido disponibilizado pela Prefeitura solicitando a aprovação do anteprojeto;

II. O anteprojeto devidamente assinado pelo profissional qualificado e pelo (s) proprietário (s) contendo a planta em 02 (duas) vias em escala 1:1000 contendo as seguintes informações:

a) A exata localização do empreendimento com as coordenadas UTM's e as condições de seu entorno;

b) Levantamento dos equipamentos, comércio e dos serviços públicos instalados e das demandas existentes na região do entorno imediato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

c) Características, dimensionamento e traçado básico do sistema de vias de circulação, adequados aos planos e projetos viários do Município e às condições locais conforme orientação das Diretrizes;

d) Localização das áreas verdes e institucionais;

e) Localização das quadras e lotes;

f) Relação dos equipamentos urbanos a serem projetados e executados pelo interessado;

g) Faixas não edificantes;

h) Limites da área em relação aos terrenos vizinhos com a indicação das divisas de acordo com o título da propriedade.

i) Cursos d'águas, suas denominações, áreas brejosas e Área de Preservação Permanente -APP, de acordo com a legislação vigente;

j) Curva de nível de metro em metro;

k) Integração das vias de circulação e das quadras do projeto de loteamento com as vias existentes e projetadas;

l) Vias de circulação, quadras, lotes, áreas verdes e institucionais, dimensionadas e enumeradas;

m) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas e arcos, pontos de tangência e ângulos centrais da via;

n) Indicação dos locais de implantação dos marcos de alinhamento e nivelamento do empreendimento referenciado de acordo com os marcos oficiais da Prefeitura, localizando os ângulos de curvas e vias projetadas;

o) Indicações das servidões e restrições que eventualmente gravem os lotes ou edificações.

III. O estudo de projeção populacional para o loteamento;

IV. Certidão de Viabilidade Técnica quanto as redes de abastecimento de água e coleta de esgoto a ser expedida pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE (FORMULÁRIO 3-A);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

V. Certidão de Viabilidade Técnica quanto a rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública a ser expedida pela CEMIG;

VI. Certidão de Viabilidade para coleta de lixo domiciliar e expansão de linhas de transporte coletivo a ser expedida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos (**FORMULÁRIO 3-B**);

VII. Certidão de Viabilidade Técnica emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, na qual deverá analisar a captação da projeção populacional do loteamento nos equipamentos de saúde existentes ou a indicação de construção de novos equipamentos para suprir a demanda populacional (**FORMULÁRIO 3-C**);

VIII. Certidão de Viabilidade Técnica a ser emitida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na qual deverá analisar a captação da projeção populacional do loteamento nos equipamentos de educação, tais como Centro Educacionais Infantis ou Escolas existentes, ou a indicação de construção de novos equipamentos para suprir a demanda populacional (**FORMULÁRIO 3-D**).

Art. 20 – Para obtenção da Certidão de Viabilidade Técnica, descritas no art. 19, incisos IV, VI, VII e VIII, o loteador deverá apresentar nas Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos; Saúde; Educação e Cultura, e no Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE os seguintes documentos em 02 (duas) vias:

- I. Requerimento (**FORMULÁRIO 03**);
- II. O anteprojeto devidamente assinado pelo profissional qualificado e pelo (s) proprietário (s);
- III. O estudo de projeção populacional para o loteamento.

Art. 21 – A CTAAPS analisará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a documentação apresentada e notificará o loteador informando sobre a aprovação ou não do anteprojeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 22 - Caso o anteprojeto não atenda os critérios fixados, a Comissão indicará os pontos que deverão ser atendidos pelo loteador e o prazo para retificação do anteprojeto.

Da elaboração e aprovação dos Projetos Complementares

Art. 23 – Com a aprovação do anteprojeto, caso o loteador queira dar prosseguimento ao projeto de parcelamento, deverá anexar no mesmo processo os seguintes documentos em 02 (duas) vias, para análise preliminar na CTAAPS:

- I. Requerimento (**FORMULÁRIO 04**);
- II. Projeto de rede de abastecimento de água potável e rede de esgotamento sanitário conforme as normas do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE;
- III. Projeto de pavimentação contendo as memórias de cálculo do dimensionamento do pavimento do DER-MG, para análise da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- IV. Projeto de drenagem pluvial contendo os memoriais de cálculo conforme a Norma ABNT NBR 15645; para análise da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- V. Projeto de sinalização viária vertical e horizontal de acordo com as Normas do CONTRAN, para análise da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- VI. Projeto de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública devidamente aprovada junto a CEMIG;
- VII. Projeto de implantação do Ecoponto, quando for o caso, aprovado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 24 - A CTAAPS analisará os Projetos Complementares no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, notificando o loteador por meio de despacho sobre a aprovação ou não dos projetos complementares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 25 - Caso os projetos complementares não atendam os critérios fixados, a Comissão indicará os pontos que deverão ser atendidos pelo loteador e o prazo para retificação dos projetos complementares.

Art. 26 - As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, contados da data da notificação do despacho da análise preliminar, sendo vedada sua revalidação.

Da aprovação do loteamento

Art. 27 – Para aprovação do loteamento, o loteador deverá apresentar o requerimento conforme modelo anexo, contendo os seguintes documentos em 03 (três) vias:

- I. Requerimento (**FORMULÁRIO 05**);
- II. Licença Prévia (LP) emitida pelo órgão ambiental responsável;
- III. Mídia contendo todos os projetos urbanísticos aprovados e memorial descritivo;
- IV. Memorial Descritivo e justificado contendo:
 - a) Descrição sucinta do empreendimento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas de uso predominante;
 - b) As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
 - c) indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato de registro do loteamento;
 - d) a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública já existentes no loteamento e adjacências.
- V. Cronograma físico e financeiro de execução das obras de implantação do loteamento, nos moldes disponibilizados pela Prefeitura contendo a data provável de início e do término da infraestrutura, que servirá de base para o cálculo da caução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

V. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, de profissional habilitado pela elaboração e execução do projeto;

VI. Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV;

VII. Projeto urbanístico final.

VIII. Arquivo Digital contendo:

a) Planta do loteamento em formato “DWG” georreferenciado em conformidade com o mapa base do município;

b) Vias de circulação, quadras, lotes e áreas verdes e institucionais,

c) Indicação em planta, da área dos lotes e das áreas verdes e institucionais;

d) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas e arcos, ponto de tangência e ângulos centrais das vias;

e) Indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento, localizados os ângulos de curvas de vias projetadas;

f) Indicações das servidões e restrições que eventualmente gravem os lotes ou edificações.

Parágrafo único: A CTAAPS emitirá a certidão de caucionamento dos lotes (**FORMULÁRIO 08**) indicando os lotes que serão caucionados de acordo com a análise do Cronograma físico e financeiro de execução de obras e os gastos despendidos com a implantação da infraestrutura básica, e de acordo com a avaliação da Comissão Municipal de Valores, devendo os lotes estarem dispostos em quadras contíguas.

Art. 28 – Caso o loteamento não atenda aos critérios fixados a CTAAPS indicará os pontos que deverão ser atendidos pelo loteador e o prazo para retificação dos projetos.

Art.29 – Após a aprovação do Loteamento pela CTAAPS será encaminhado a Procuradoria Geral do Município o pedido para elaboração do Decreto de aprovação do loteamento.

19

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 30 - O prazo máximo para término das obras de implantação dos loteamentos será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir publicação do Decreto no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único: O prazo estabelecido no *caput*, poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa a ser apresentada pelo loteador e aprovada pela CTAAPS.

Art. 31 – Após o registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis a execução do projeto obedecerá à seguinte sistemática de prévia execução das obras:

a) Atendidas pelo projeto todas as disposições legais será expedida autorização para execução de obras, designada também por Ordem de Serviço – OS assinada pelo Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

b) A autorização para a execução das obras é válida por até 24 meses, podendo ser prorrogada, uma só vez, por mais 24 meses, e vencidos esses prazos sem execução o projeto será arquivado ou a caução será executada para finalização da obra, de acordo com a conveniência do Município.

c) O empreendedor deverá facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;

d) Após a execução de todas as obras a que se refere a autorização, deverá ser solicitado ao órgão competente a respectiva vistoria;

e) Após a vistoria, os responsáveis pela tal emitirão relatório e laudo técnico assinados e os remeterá para análise da CTAAPS;

f) Após análise dos relatórios e laudo técnico, a CTAAPS encaminhará ao órgão competente parecer sobre a aceitação ou não das obras;

g) Sendo aceitas as obras de infraestrutura a Prefeitura expedirá certidão de conclusão das obras e o termo de recebimento provisório e procederá a retirada da caução dos lotes.

20



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

§1º - O termo de recebimento provisório tem validade de 06 (seis) meses. Verificada a integridade e a manutenção das condições de conservação e a inexistência de vícios construtivos ocultos a Prefeitura providenciará o Termo de Recebimento Definitivo do loteador.

§2º - A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não substitui e não exime o loteador de prestar garantia dos serviços de infraestrutura implantados, nos moldes do Código Civil/2002.

§3º - A liberação da caução ocorrerá somente após a comprovação e aceitação pela Prefeitura, da execução das obras, sendo autorizado a liberação parcial conforme cumprimento da execução das obras de infraestrutura e a critério da CTAAPS.

Art. 32 - A Prefeitura somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos de loteamentos, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município.

Art. 33 - Não caberá à Prefeitura qualquer responsabilidade pela diferença de medidas dos lotes ou quadras que os interessados venham a encontrar.

SEÇÃO II
DOS DESMEMBRAMENTOS

Art. 34– Os interessados em promover o desmembramento de áreas urbanas deverão apresentar o projeto no Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, mediante protocolo assinado por responsável técnico legalmente habilitado, que deverá conter:

- I. Requerimento Padrão;
- II. Cópia dos documentos pessoais – CPF, RG – do Requerente;
- III. Certidão de matrícula atualizada do imóvel;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

IV. Certidão negativa de débitos municipais;

V. Prova de quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do imóvel referente aos últimos cinco anos;

VI. Mapa e memorial descritivo da área a ser desmembrada, em 05 (cinco) vias, contendo:

- a) Localização da área;
- b) Situação atual da área a ser desmembrada;
- c) Localização das edificações existentes;
- d) Descrição perimétrica dos lotes resultantes;
- e) Assinatura de todos os confrontantes da área;
- e) Memoriais descritivos e justificativos de cada projeto;
- f) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

§1º – Fica proibido o desmembramento em áreas alagadiças e/ou de preservação permanente.

§2º - Em toda a zona urbana, não se admitirá lotes com testadas inferiores ao previsto nesta lei.

§3º - Não serão permitidas áreas inferiores a 160,00 m² (cento e sessenta metros quadrados) e testada mínima inferior a 8,00 m (oito metros) mesmo que haja englobamento de áreas e novos fracionamentos.

Art. 35 – O desmembramento deverá ser aprovado pela Administração Pública Municipal com expedição de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, obedecidos os procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 36 - Após a aprovação, o projeto de desmembramento, deve ser remetido ao registro imobiliário no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do ato, sob pena de caducidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

SEÇÃO III
DA FUSÃO E DO DESDOBRAMENTO DE LOTE

Art. 37 - Os interessados em promover a fusão ou desdobro de lotes de terrenos urbanos deverão apresentar o projeto no Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, mediante protocolo, assinado por responsável técnico legalmente habilitado, que deverá conter:

I – requerimento padrão;

II – mapa e memorial descritivo do lote desdobrado ou fundido, da quadra modificada e do loteamento, com a indicação das medidas de cada um dos lados, proprietários dos imóveis confrontantes, antes e depois do procedimento, em 03 (três) vias físicas e 01 (uma) via em mídia, número de matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.

III – ART (anotação de responsabilidade técnica) com comprovante de recolhimento de respectiva taxa;

IV – certidão de matrícula do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis local com data máxima de 30 (trinta) dias;

V – A área mínima dos novos lotes urbanos será de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados), com testada mínima de 08 (oito metros).

Art. 38 - O Setor de Cadastro Imobiliário, através de seus fiscais imobiliários ou de obras, promoverá vistoria no local do imóvel que se pretende desdobrar ou fundir e submeterá o mapa à aprovação da Coordenação Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 39 - Apresentando irregularidades, o interessado será notificado pelo Setor de Cadastro Imobiliário das exigências necessárias para a regularização do projeto, e terá o prazo de 30 (trinta) dias para promover sua adequação.

Parágrafo único – Retificado o projeto ou decorrido o prazo acima, o Setor de Cadastro Imobiliário certificará o cumprimento ou não das exigências acima relacionadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

submetendo o Projeto ao (a) Secretário (a) Municipal da Fazenda, por meio da Diretoria de Arrecadação, a quem caberá deferir ou não o requerimento apresentado.

Art. 40 - Deferido o requerimento do desdobro ou fusão pela Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Diretoria de Arrecadação, expedir-se-á uma certidão descritiva do imóvel, antes e depois do procedimento, termo de verificação da infraestrutura e certidão de alteração do loteamento, quando couber.

Art. 41 - Uma via de toda a documentação apresentada será arquivada pelo Setor de Cadastro Imobiliário.

Art. 42 - A aprovação administrativa do desdobro de lotes de terrenos em medidas inferiores às exigidas nesta lei obedecerá aos seguintes requisitos:

I – os lotes desdobrados deverão ter área mínima de 125,0 m². (cento e vinte e cinco metros quadrados) e testada mínima de 5,0 m (cinco metros);

II – em cada um dos lotes desdobrados deverá haver pelo menos uma edificação com acesso independente para a via pública, com no mínimo 15 (quinze) anos de edificação.

III – deverão estar localizados nos bairros: Chácara do Trevo, Chácara Jardim Oriente, Santa Rita I, II, III e IV, Lagoinha, Sidônio Cardoso, Campestre, São Sebastião, Santo Agostinho, João Teodoro Borges, Morada do Sol, ou equiparados a zona de interesse social.

Art. 43 - Para fins de comprovação da idade das edificações existentes no imóvel, poderão ser utilizados os documentos abaixo relacionados:

- I. Alvará de habite-se;
- II. Boletim de informação cadastral de imóvel;
- III. Comprovante de pagamento de IPTU;
- IV. Autos de vistoria e fiscalização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- V. Boletim de ocorrência policial;
- VI. Contrato de financiamento imobiliário;
- VII. Faturas de fornecimento de água, energia elétrica e telefonia;
- VIII. Cópias de processos judiciais ou administrativos;
- IX. Autos de justificação judicial;
- X. Sentença judicial declaratória.

Parágrafo único – os documentos acima relacionados serão admitidos apenas nos originais ou em fotocópias autenticadas

Art. 44 - Além das exigências do art.37 da presente Lei, serão necessários:

- I – indicação, no mapa, da existência de acesso independente para a via pública em cada um dos lotes desdobrados;
- II - declaração padrão da idade das edificações, caso exista;
- III – documentos destinados à comprovação da idade das edificações, caso existam.

Art. 45 – O Setor de Cadastro Imobiliário, através de seus fiscais imobiliários ou de obras, promoverá vistoria local dos imóveis que se pretende desdobrar ou fundir, verificará a comprovação documental da idade das edificações, caso exista, e submeterá o mapa à aprovação da Coordenação Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art. 46 - A falta de qualquer documento deverá ser atendida no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da comunicação, sob pena de caducidade.

SEÇÃO IV

DAS ÁREAS DOS LOTEAMENTOS E DA REAVALIAÇÃO DA APROVAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 47 - Em superfície superior a 150.000 m² (cento e cinquenta mil metros quadrados) será permitida a sua divisão, de módulo não inferior a 75.000 m² (setenta e cinco mil metros quadrados), para efeito de loteamento em etapas.

Art. 48 - Na hipótese do artigo anterior o plano geral do loteamento será aprovado de uma só vez, quanto à infraestrutura, esta poderá ser executada em etapas, podendo a área remanescente sofrer alterações quanto às suas diretrizes, para o atendimento dos interesses do desenvolvimento urbano do Município, sendo vedada o fracionamento da implantação do sistema de armazenamento e da fonte de captação de água.

Art. 49 - As áreas de uso público passarão ao domínio público por ocasião da efetivação de cada módulo loteado.

Parágrafo único – Se os índices previstos para áreas institucionais, áreas verdes e vias de circulação forem superiores ao mínimo exigido nos loteamentos já aprovados no Município, os novos loteamentos circunvizinhos centro de um raio de 300 (trezentos) metros poderão compensar o percentual remanescente destas áreas, desde que haja previsão no Decreto de aprovação.

Art. 50 - Cabe ao empreendedor à apresentação das matrículas das áreas públicas em no máximo 06 meses após a aprovação do empreendimento.

CAPÍTULO V

DO PARCELAMENTO URBANO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 51 - A declaração de interesse social do empreendimento será expedida sob a forma de Decreto, publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar cópia no processo de aprovação.

26

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775
Monte Carmelo/MG – CEP: 38.500-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 52 - As dimensões mínimas dos lotes de interesse social serão as seguintes:

I – Área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), com testada mínima de 5 m (cinco metros); salvo os aprovados por Lei Municipal.

II – Os lotes localizados em trechos de vias com declividade superior a 15% (quinze por cento) e nas esquinas deverão apresentar testada mínima de 08 m (oito metros), sendo vedado seu desdobro.

Art. 53 - Na implantação de parcelamentos com fins de interesse social, o poder público deverá viabilizar mecanismos para o fornecimento de projetos devidamente aprovados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado para a edificação de moradia econômica de até 60 m² (sessenta metros quadrados).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54 - A regularização e urbanização de assentamentos e parcelamento irregulares do solo é disciplinada pela Lei 1175 de 06 de maio de 2014.

Art. 55 - Todos os prazos fixados nesta Lei serão contados em dias corridos.

Art. 56 - O número de vias de cópias de plantas constantes da documentação nesta Lei poderá ser alterado por ato do Executivo.

Art. 57 - A presente Lei se aplica imediatamente aos processos de aprovação de loteamentos, desmembramentos, desdobros e fusão, em tramitação nos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, e que ainda não tenham sido protocolados.

27

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775
Monte Carmelo/MG – CEP: 38.500-000

9



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 58 - Caso não seja possível, juridicamente, após análise da Procuradoria do Município, repassar os custos da infraestrutura para o proprietário original da gleba, o Município poderá utilizar-se do expediente da contribuição de melhoria.

Art. 59 - A regulamentação das normas contidas nesta Lei, sempre que necessário, deverá ser expedida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias pelo Poder Executivo.


Art. 60 – Leis complementares, previstas no Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257/2001, poderão alterar índices previstos nas áreas dos loteamentos aprovados, em atenção à função social da propriedade.

Art. 61 - Revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei nº 1616 de 05 de dezembro de 1994, Lei Complementar nº 13 de 15 de dezembro de 2006, Lei nº 1322 de 14 de julho de 2016, Decreto nº 389 de 02 de janeiro de 2008, Decreto 1659 de 05 de novembro de 2015.

Art. 62 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 23 de agosto de 2017.


SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal


BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município